

Ata Circunstanciada da 4ª Sessão Ordinária

**ATA DE SESSÃO PLENÁRIA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 4ª
(QUARTA)
SESSÃO ORDINÁRIA,
DE 8 DE FEVEREIRO DE 2023.**

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA) – Está aberta a sessão ordinária de quarta-feira, 8 de fevereiro de 2023, às 15h02min.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido o Deputado Pastor Daniel de Castro a secretariar os trabalhos da Mesa.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA) – O Expediente lido vai a publicação.

Sobre a mesa, a seguinte ata de sessão anterior:

- Ata da 3ª Sessão Ordinária. ([1036981](#))

Não havendo objeção do Plenário, esta Presidência dispensa a leitura e dá por aprovada sem observações a ata mencionada.

Esta Presidência informa que estão presentes em plenário o Deputado Chico Vigilante, o Deputado Pastor Daniel de Castro, o Deputado Thiago Manzoni e o Deputado Martins Machado. Consta-se que não há *quorum* regimental para continuidade da sessão, portanto, vamos aguardar trinta minutos para que o *quorum* se complete.

Está suspensa a sessão.

(Suspensa às 15h07min, a sessão é reaberta às 15h32min.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA) – Há *quorum* regimental. Está reaberta a sessão.

Passo a Presidência ao Deputado Pastor Daniel de Castro.

(Assume a Presidência o Deputado Pastor Daniel de Castro.)

PRESIDENTE (DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO) – Dá-se início ao

PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

Concedo a palavra ao Deputado Iolando, pelo MDB. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Jorge Vianna, pelo Bloco União Democrático. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Rogério Morro da Cruz. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Gabriel Magno. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado João Cardoso, pelo Bloco A Força da Família. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Daniel Donizet, pelo PL. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Joaquim Roriz Neto.

DEPUTADO JOAQUIM RORIZ NETO (PL. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Boa tarde a todos e a todas!

Gostaria, primeiro, de agradecer a Deus pelo dia de hoje, e cumprimentar os membros da Mesa, meu amigo, Deputado Pastor Daniel de Castro.

Quero parabenizar a decisão desta Casa de ter dado continuidade ao trabalho que vai ser feito na CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito.

Gostaria, também, de parabenizar os 16 Deputados que assinaram a nota em defesa do retorno do Governador Ibaneis Rocha. Essa nota, Deputados, não é uma nota partidária, é uma nota a favor da democracia e da legitimidade da urna, porque o Governador Ibaneis foi eleito no primeiro turno – e muitas pessoas estão deixando isso de lado. Muitas pessoas estão deixando isso para lá, mas eu vou falar uma coisa para vocês: o silêncio é a arma dos covardes. A gente não pode ficar em silêncio em relação a essa covardia que está sendo feita com o afastamento do Governador Ibaneis Rocha. Por isso, eu agradeço de coração a todos os Deputados que se manifestaram a favor da sua volta imediata. Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO) – Obrigado, Deputado Joaquim Roriz Neto. Quero deixar consignado que fiz questão de assinar essa nota, pelo princípio do Direito, pelo princípio de quase 900 mil pessoas – este foi um dos discursos meus nesta Casa – que votaram no governador, fazendo dele um governador reeleito no primeiro turno. O afastamento do governador foi o afastamento do Governador Ibaneis e o silêncio de quase 900 mil pessoas. Então, parabéns por sua atitude. Fico feliz por poder ter subscrito com V.Exa., também.

DEPUTADO THIAGO MANZONI – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é só para reiterar as palavras de V.Exa. e do Deputado Joaquim Roriz Neto e dizer que eu também tive a honra de assinar a nota, em nome deste grupo de Deputados aqui da Câmara Legislativa do Distrito Federal, rogando o retorno do nosso Governador Ibaneis, governador – reitero e faço minhas as palavras de vocês – reeleito no primeiro turno.

O Distrito Federal é uma unidade da Federação que não tem histórico de reeleição, menos ainda em primeiro turno. O governador precisa retornar ao seu cargo. Essa é uma medida não para o Governador Ibaneis Rocha, mas para a população do Distrito Federal, em respeito à nossa vontade expressa na urna, no dia 2 de outubro de 2022. Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO) – Parabéns, Deputado Thiago Manzoni.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante Lula da Silva, que falará pelo PT.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA (PT. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu estou vindo de uma reunião-almoço muito importante. Foi a convite do empresário Paulo Octávio, uma reunião da LIDE – Grupo de Líderes Empresariais. Estavam presentes os Deputados Robério Negreiros e o Deputado Jorge Vianna.

Esse almoço foi a apresentação do ex-Governador do Acre, ex-Senador da República, Jorge Viana. Foi uma reunião importantíssima, do mais alto nível. E foi importante o Sr. Jorge Viana se colocar como um amigo do Distrito Federal, uma pessoa que está na APEXBRASIL – Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos. A Apex tem escritório em cerca de 13 países e escritórios no Brasil todo.

Dizia o Sr. Jorge Viana que quer colaborar efetivamente, no sentido de desenvolver o parque industrial no Distrito Federal e ajudar nas exportações aqui do Distrito Federal; e, inclusive, ensinar ao empresariado do Distrito Federal como é que dá para ampliar as exportações aqui. Dizia o Presidente da Apex, Sr. Jorge Viana, que é inaceitável o Distrito Federal, com o potencial que tem, só exportar 300 milhões por ano. E ele tem razão, isso realmente é inaceitável.

Estava lá o Presidente da FIBRA – Federação das Indústrias do Distrito Federal, Sr. Jamal Bittar; estava o Presidente da Federação do Comércio, o Sr. José Aparecido. E todos nós, que estávamos ali, assumimos um compromisso de, junto com a Lide e com a Apex, ajudar o desenvolvimento, para que o Distrito Federal possa, efetivamente, trabalhar – e trabalhar bem – nessa questão das exportações.

Eu fiz uma sugestão, que foi acatada, de fazermos um seminário envolvendo o setor produtivo, envolvendo os trabalhadores, envolvendo a imprensa do Distrito Federal. Estava lá o representante do *Correio Braziliense*, o Sr. Guilherme, que é Vice-Presidente do grupo Diários Associados, que me

dizia, na saída do almoço, que o *Correio* vai se empenhar nesse sentido.

Como a proposta foi feita por mim, enquanto representante do Poder Legislativo, ficou combinado de o Poder Legislativo, o setor empresarial e o Governo do Distrito Federal – estavam presentes o Sr. Secretário José Humberto e outros secretários – fazermos um grande seminário no sentido de implementarmos as exportações por parte aqui do Distrito Federal.

Eu diria que foi um momento áureo. Saímos dali animados de ver a disposição do ex-governador, ex-senador Jorge Viana e o carinho que ele tem pelo Distrito Federal, a vontade que ele tem de ajudar o Distrito Federal para que nós tenhamos aqui a geração de empregos. Eu saí animado dessa reunião.

Dito isso, Sr. Presidente, eu quero pegar um segundo ponto aqui. Eu quero falar de empresas prestadoras de serviço ao Governo do Distrito Federal que não cumprem com seus contratos. Quero falar de uma empresa chamada Ipanema, que presta serviço à Secretaria de Saúde do Distrito Federal, empresa de vigilância, que, todo mês, atrasa o pagamento.

Nós já estamos no mês de fevereiro, segundo mês do ano de 2023, e ela já está com o pagamento e o tiquete dos vigilantes atrasados. Falei há pouco com a Secretária de Saúde do Distrito Federal, Dra. Lucilene, da irresponsabilidade dessa empresa, e ela ficou de tomar providências.

Há uma outra chamada Visan, que, inclusive, é de propriedade de um sujeito que foi candidato a Deputado, o tal do Anderson Medina, que saiu por aí pedindo voto. Essa empresa também não paga o direito dos trabalhadores. Os trabalhadores foram para a porta da empresa hoje cobrar seus direitos, aí chamaram a polícia para os trabalhadores, como se cobrar direito fosse motivo para polícia.

Nós não vamos aceitar esse tipo de tratamento. Eu vou apresentar um projeto aqui e espero contar com o conjunto desta Casa determinando que empresas...

(Soa a campanha.)

DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA (PT. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Peço um minuto a V.Exa.

Esse projeto vai no sentido de que empresa que atrasar pagamento durante três vezes, imediatamente, o contrato será rompido, e será chamada a segunda empresa para prestar serviço. Porque eles ficam usando os trabalhadores como reféns para poder buscar direito. Isso nós não vamos aceitar. Isso não pode continuar acontecendo aqui no Distrito Federal.

Portanto, espero que essas empresas, seus donos tomem vergonha na cara e paguem efetivamente os trabalhadores.

Obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO) – Obrigado, Deputado Chico Vigilante. Felizes esses trabalhadores dessa empresa que têm V.Exa. para lutar por eles aqui nesta Casa também.

Concedo a palavra ao Deputado Robério Negreiros para falar como Líder do Governo. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Rogério Morro da Cruz.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO) – Enquanto o Deputado Rogério Morro da Cruz se dirige à tribuna, questão de ordem do Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA – É pela ordem, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO) – Pela ordem, pelo regimento. Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é para comunicar – já comuniquei a V.Exa., mas vou comunicar aqui publicamente a V.Exa. – ao Deputado Fábio Felix, ao Deputado Robério Negreiros, à Deputada Jaqueline Silva, ao Deputado Joaquim Roriz Neto – depois vocês vão receber o comunicado no gabinete – que a primeira reunião – Deputado Hermeto também está convocado – da CPI dos Atos Antidemocráticos será realizada aqui neste plenário na próxima terça-feira, às 10h da manhã.

Já pedi para o Deputado Hermeto elaborar o roteiro, nós vamos discutir democraticamente aqui o roteiro entre os sete Deputados, aprovar a primeira lista de convocados e colocar a CPI efetivamente para funcionar.

Portanto, peço a V.Exas. que coloquem nas suas agendas: terça-feira, 10h da manhã, aqui neste plenário, a primeira reunião da CPI.

PRESIDENTE (DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO) – Está registrado, Deputado Chico Vigilante. Muito bem.

Concedo a palavra ao Deputado Rogério Morro da Cruz, como Líder da Maioria.

DEPUTADO ROGÉRIO MORRO DA CRUZ (Maioria. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Uma ótima tarde a todos, a todos os Deputados, a todas as Deputadas.

Sr. Presidente, gratidão muito grande estar aqui nesta Casa de Leis. Como Líder da Maioria, quero aqui agradecer, em nome de todos os companheiros, quero aqui deixar um abraço na pessoa da nossa amiga, Deputada Paula Belmonte, da Deputada Doutora Jane também, grande parceira, quero deixar um abraço a todos da Casa e a todos os servidores.

Estou muito feliz de estar aqui. Sr. Presidente, quero pedir, em nome de todos os companheiros, uma atenção especial.

Eu tenho recebido várias demandas de São Sebastião, especificamente sobre essas casas de passagem dentro de São Sebastião. Eu quero aqui pedir atenção da parte do Estado, atenção especial para a questão dessas casas em várias localidades do Distrito Federal, inclusive em São Sebastião. Espaços esses que têm trazido vários transtornos e insegurança para a comunidade. Precisamos acolher essas pessoas de forma humanizada e em locais adequados, mas não de maneira que contrarie o interesse da maioria da população.

Sr. Presidente, essas pessoas que estão nessas casas de passagem dentro de São Sebastião... realmente eu tenho verificado que o Estado tem que dar uma atenção especial. Essas pessoas precisam ser orientadas pela secretaria. Elas ficam vagando aí pela cidade, parece que não têm horário de retornar para essas casas.

Nós sabemos aqui, Sr. Presidente, que o ser humano precisa ser tratado com muita dignidade, independentemente de classe social, independentemente do sofrimento dessas pessoas, mas eu tenho visto que São Sebastião, infelizmente, não está tendo essa atenção da parte do Estado. São Sebastião tem recebido essas casas de passagem, mas não tem tido esse cuidado.

Então, eu quero, como Líder da Maioria, pedir aos companheiros aqui que possamos fortalecer e que possamos de fato dar dignidade a essas pessoas e, principalmente, dar dignidade aos moradores de São Sebastião, aos comerciantes que pagam impostos e querem simplesmente andar em uma cidade que tenha segurança, andar em uma cidade onde não há risco. Esse pessoal que está nessas casas de passagem em São Sebastião, nessas várias casas de passagem de São Sebastião, estão urinando, defecando nas portas dos comércios, trazendo insegurança. Então, nós queremos que o Estado possa dar uma atenção especial.

Muito obrigado, e que Deus abençoe.

PRESIDENTE (DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO) – Obrigado, Deputado Rogério Morro da Cruz.

Concedo a palavra à Deputada Jaqueline Silva, que vai falar pela Liderança do Bloco A Força da Família, a pedido do Líder, Deputado João Cardoso.

(Assume a Presidência Deputado Wellington Luiz.)

DEPUTADA JAQUELINE SILVA (Bloco A Força da Família. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, boa tarde, boa tarde todos os Deputados e Deputadas que aqui estão.

Quero aproveitar esta oportunidade nesta tribuna para que, juntos, Sr. Presidente, a gente possa relembrar um ato que esta Casa promoveu no dia 12 de setembro de 2019, Deputado Chico Vigilante – o senhor que também esteve à frente dessa luta – que foi o Cartão Material Escolar. No dia 12 de setembro, conseguimos aprovar e se tornou lei, a Lei nº 6.273/2019, que garantiu aos alunos beneficiários do então Bolsa Família – que não é mais Bolsa Família – esse auxílio de R\$260,00 (duzentos e sessenta reais) a R\$320,00 (trezentos e vinte reais).

E gosto de falar muito desse programa, Deputado Chico Vigilante, porque é um programa, Deputados, que traz dignidade social às famílias de baixa renda, mas é um programa também que traz condição aos papeleiros do Distrito Federal de venderem mais. E a gente sabe muito bem que, quando um empresário da cidade vende mais, paga mais imposto e gera mais empregos.

Pois bem, é uma lei vigente, é uma lei que a gente tem trabalhado de forma muito aguerrida,

porque a gente sabe da importância dela, mas que, neste momento, está esperando a liberação do crédito, para que as famílias possam ir até as papelarias comprar o seu material escolar.

Eu quero aproveitar esta tribuna para pedir aqui que os responsáveis liberem, Deputado Thiago Manzoni, esse crédito o quanto antes, já que a volta às aulas começa na próxima semana. Se esse é um programa para garantir a compra do material escolar, a gente precisa garantir que esse crédito chegue antes da volta às aulas.

Já tive uma reunião com a Sra. Secretária de Educação, secretária acessível, que sabe a importância do programa. Segundo S.Exa., estamos esperando o BRB –Banco de Brasília. Ai, meu Presidente e Deputados que aqui estão, quero pedir o auxílio de todos. Nós precisamos garantir que o BRB possa fazer, Deputado Wellington Luiz, nosso Presidente, a liberação desse crédito o quanto antes. Volto a falar, na próxima semana, os nossos alunos vão retornar à sala de aula, e esse crédito precisa ser liberado antes disso.

Então, eu venho aqui para, mais uma vez, agradecer a esta Casa, que sempre esteve presente, que esteve sempre conosco nessa luta, mas também para solicitar que o BRB possa garantir, o quanto antes, a liberação desses créditos, para que as nossas mais de 110 mil crianças e jovens do Distrito Federal possam ir até as papelarias credenciadas comprar o seu material escolar.

Obrigada, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, Deputada Jaqueline Silva. Conte com o nosso apoio. É matéria extremamente importante. Para tudo aquilo que é voltado para a educação, para os nossos alunos, pode contar com a gente.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu fiz o pedido para falar a fim de fazer justiça ao trabalho da Deputada Jaqueline Silva. Todo mundo sabe – e eu estava fora desta Casa – o trabalho que S.Exa. tem feito, de forma brilhante, para atender a esses alunos com a questão do cartão material escolar, não é isso, Deputada?

Creio que posso falar em nome do bloco A Força da Família, temos essa parceria, somos unidos. Aqui está o Líder do nosso bloco, Deputado João Cardoso, e temos unidade entre nós sete.

Nós conhecemos a paternidade desse cartão material escolar de V.Exa. Não faltará deste Deputado o apoio a essa matéria, como eu creio que nem de todos os Deputados que fazem parte do bloco A Força da Família. V.Exa. sabe que pode contar com esse bloco, não é?

Obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, Deputado Pastor Daniel de Castro.

Antes de passar a palavra ao Deputado Jorge Vianna, pela liderança, quero saudar a todos, agradecer a presença de todos que se encontram nas galerias, nossos assessores, assessoras, imprensa e todos que estão aqui, polícia legislativa. Muito obrigado.

Concedo a palavra ao Deputado Jorge Vianna. (Palmas.)

DEPUTADO JORGE VIANNA (Bloco União Democrático. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, boa tarde, Sras. e Srs. Parlamentares, boa tarde a todos os servidores aqui da Casa, colegas da imprensa, nossos colegas servidores, nossos guerreiros servidores da Secretaria de Saúde, em especial os do Hospital de Base e do Hospital de Santa Maria. (Palmas.)

Sr. Presidente, não é a primeira vez – e espero que seja a última vez – que nós falamos sobre esse processo de devolução de servidores da Secretaria de Saúde que prestam serviços hoje no Hospital de Santa Maria, no Hospital de Base e nas Unidades de Pronto Atendimento – UPAs, os chamados servidores cedidos.

Na época em que houve a transição desse modelo, foi perguntado a eles se queriam ficar lá trabalhando, mesmo sabendo que poderia ser um instituto, que poderia cobrar tudo o que quisesse: metas, pontualidade, qualquer coisa. Mesmo assim, quiseram ficar lá, pois acreditavam que, estando lá, iam contribuir muito mais para a nossa sociedade. Não é para o governo, não é para a secretaria, é para a nossa sociedade.

O Hospital de Base, o Hospital de Santa Maria... Especialmente, o Hospital de Base é um hospital histórico, é um hospital que já fez cirurgia até de Presidente da República. É um hospital que

tem uma alma que é conhecida e respeitada no Brasil inteiro. E quem faz a alma do hospital não são as paredes frias, são os servidores que estão lá. São servidores que há trinta, quarenta anos estão trabalhando no Hospital de Base.

Pois bem. Aconteceu que novamente veio a assombração de retornarem os servidores. Aí, a Governadora em exercício Celina Leão, obviamente querendo fazer um redimensionamento na Secretaria de Saúde, uma equação para trazer os servidores, fez um decreto que diz o seguinte: "Volte todo mundo!" Mas não pode ser assim. Não é voltar todo mundo. Esse "todo mundo" tem coração, tem nome, tem CPF – Cadastro de Pessoa Física, tem história e tem um trabalho diferenciado.

O Hospital de Base não é somente aquele hospital que atende a um cara que caiu de moto, não. O Hospital de Base atende ao cara que caiu de moto há algum tempo, foi atendido em algum hospital da rede, mas não teve seu problema resolvido. Aí, mandaram-no para o Hospital de Base.

Então, o Hospital de Base é um hospital que só presta serviços lá, de tão especial que é, de tão especializado que é, além de ele ter outras atividades como o hospital-escola, do qual temos orgulho, que tem os nossos residentes. A maioria dos médicos, enfermeiros e outros profissionais da saúde já passou pelo Hospital de Base.

Enfim, o que eu fiz? Pelo que vi no decreto, ele não observou um dispositivo de uma lei aprovada por esta Casa. Esta Casa tem a responsabilidade de entrar nesse jogo por quê? Porque aqui foi dito o seguinte, em 2017: vai existir o IGESDF – Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal, mas os servidores terão o direito de permanecer lá. Eles sairão se quiserem e se o Iges quiser. Mas não é bem assim porque, na administração pública, se o servidor quiser, tem que falar o porquê. É a chamada motivação. Então, tem que haver uma motivação. Qual é a motivação? Ganha salário maior que o privado? Isso não é motivação. Está trabalhando mal? Não há nada que fale isso. Qual é a motivação?

Questionei porque é o meu papel. Gente, eu sou da base do governo, estou apoiando-o, já pedi para o Governador Ibaneis Rocha voltar, sou amigo da Governadora em exercício Celina Leão, mas tenho o meu papel de Parlamentar. Assim como fizemos ontem, colocando uma oposição como Presidente da CPI, pois somos autônomos e temos que fazer o nosso papel. Vou fazer um projeto de decreto legislativo para falar o seguinte: vamos suspender o decreto e vamos conversar com várias falas, e não só com uma ou com outra. Vamos ouvir os trabalhadores!

Inclusive a Lei Complementar nº 840/2011, regime ao qual eles são submetidos, diz o seguinte: quanto à remoção de servidor, os sindicatos devem ser ouvidos, em todos os passos. Não foram ouvidos. Aí, o que aconteceu? Agora eu fui procurado e, evidentemente, não tenho dúvida: estou do lado do servidor, estou do lado da saúde. (Palmas.)

Uma boa notícia: a governadora em exercício já se sensibilizou e começou a alterar o decreto. Já houve uma alteração. Só que essa alteração ainda veio com erros. São erros que eu diria até preconceituosos. Lá não se fala em outras especialidades, só em médicos. Gente, saúde não se faz só com médicos. Nós temos outras categorias. Odontólogo, por exemplo, não está no decreto. Como vai ficar a situação do odontólogo? Então, nós precisamos novamente mexer no decreto.

Para que a gente não mexa em tudo, toda hora, acredito que o interessante seria suspender o decreto e negociar.

(Soa a campanha.)

DEPUTADO JORGE VIANNA (Bloco União Democrático. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Eu não sabia que a Governadora em exercício Celina Leão era tão acessível como governadora. S.Exa., a todo momento, recebe-nos e conversa. Acabei de dizer a S.Exa., Presidente, que o senhor está fazendo um trabalho excelente na liderança da Casa, porque consegue sempre apaziguar, articular e fazer o desfecho ideal.

Conversei com V.Exa., que já se comprometeu, conversei com a Governadora em exercício Celina Leão, que se comprometeu a me receber junto com o sindicato, amanhã. Vamos conversar sobre o projeto de decreto legislativo e o decreto. Inclusive há uma manifestação marcada para a semana que vem na Secretaria de Saúde.

Então, senhoras e senhores, colegas do Hospital de Base, a história continua. Agradeço a presença de vocês. E nós vamos, então, amanhã para a reunião. De qualquer forma e de toda sorte, esse PDL – Projeto de Decreto Legislativo está, hoje, protocolado aqui na Casa e vai ficar por aqui. A gente conversa, e ele fica por aqui. Em determinado momento, a gente pode fazer a votação.

Eu peço o apoio de todos os Parlamentares para que possamos reparar isso através da

suspensão desse decreto da governadora por meio do PDL que fizemos aqui, com muito respeito. Não estamos afrontando o governo. Esse não é o meu papel, e eu nunca farei isso. É apenas para podermos discutir.

Agradeço ao Líder do Governo, que também já fez interlocução com a governadora e que, amanhã, estará presente, pois eu fiz o pedido para que S.Exa. esteja presente na reunião.

Era isso, senhoras e senhores.

Sr. Presidente, muito obrigado. Muito obrigado a esta Casa.

Obrigado a todos vocês que estão assistindo a nós, que estão nos ouvindo. Obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Agradeço a V.Exa., Deputado Jorge Vianna.

Há uma solicitação de uso da palavra do nosso Líder do Governo.

Antes, Deputado Robério Negreiros, quero agradecer ao Deputado Jorge Vianna e à Deputada Dayse Amarílio, que estão desde ontem extremamente preocupados com essa matéria. A matéria requer preocupação, mesmo.

Ainda ontem, eu e o Deputado Robério Negreiros conversamos com a governadora para buscar uma solução. Então, isso está sendo discutido desde ontem.

Hoje, por volta de meio-dia, eu estive com a governadora. S.Exa. reiterou a preocupação do nosso Líder do Governo, a sua preocupação e a da Deputada Dayse Amarílio, todos pedindo para que se buscasse uma solução. Essa solução já está em andamento, e nós vamos encontrá-la. Esses servidores merecem respeito.

Os senhores sabem muito bem que eu sou policial civil de carreira, mas tenho certeza de que foi graças a esses servidores que nós passamos por essa pandemia. Eles foram fundamentais, e nós rendemos a eles todas as homenagens. (Palmas.)

Mais uma vez, parabenizamos V.Exa., Deputado Jorge Vianna, e a Deputada Dayse Amarílio pela forma como V.Exas. têm conduzido essa questão. Mas não posso deixar de destacar o papel do nosso Líder do Governo, que, preocupado, pediu a nossa governadora que buscasse uma solução.

Hoje, por volta de meio-dia, defendendo os interesses dos nossos Parlamentares, que defendem os interesses da sociedade, eu fui até lá e posso garantir aos senhores, de forma muito contundente, que, muito em breve, esse problema terá uma solução em favor daqueles que cuidam da nossa saúde.

Muito obrigado. (Palmas.)

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PSD. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, primeiramente, só quero agradecer ao Deputado Jorge Vianna por sua fala. S.Exa. é sempre um Deputado ponderado, é um Deputado da saúde, que defende e sempre defendeu a saúde. A Deputada Dayse Amarílio, que está em seu primeiro mandato, também tem compromisso com a saúde, como todos nós, Parlamentares.

Este governo, o Governo Ibaneis, é um governo de diálogo. A governadora em exercício vai atender, amanhã, o Deputado Jorge Vianna. O Deputado pediu a minha presença. Eu estarei presente e o pessoal do sindicato. Faremos amanhã para que a reunião não seja na segunda-feira, para não ficar algo casuístico, pois haverá uma manifestação na segunda-feira.

O decreto foi publicado ontem na edição extra do *Diário Oficial do Distrito Federal*. O Presidente ajudou bastante para que esse grupo de trabalho, com muito diálogo, busque o que for melhor.

Mas que fique muito claro, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, que isso não foi feito a partir da cabeça da governadora em exercício ou de toda a equipe do governo. Isso foi feito porque o Tribunal de Contas vem, de maneira reiterada, protocolando documentos que ensejam responsabilização dos gestores. Então, temos que entrar num denominador – não só a Câmara Legislativa, mas também o Poder Executivo – e trazer o Tribunal de Contas do Distrito Federal para discutirmos sobre isso.

Parabéns, mais uma vez, pela posição. Eu acho que esta Casa tem que se posicionar dessa

maneira.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, Deputado Robério Negreiros.

Registramos o trabalho do nosso Secretário Chefe da Casa Civil Sr. Gustavo Rocha, que também nos ajudou bastante na solução desse problema. Obrigado.

Concedo a palavra à Deputada Dayse Amarílio, pela Liderança do Bloco PSOL/PSB.

DEPUTADA DAYSE AMARILIO (Bloco PSOL/PSB. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Quero agradecer o Líder do meu bloco, Deputado Fábio Felix, e o Deputado Max Maciel pela disponibilização da palavra.

Quero agradecer, principalmente, a presença do pessoal do Iges. (Palmas.) Todos sabem que eu sou servidora da saúde, que eu sou profissional de enfermagem, mas há algumas colocações que são importantes. Nós já estivemos juntos em alguns momentos.

A nossa preocupação, Líder, Deputado Robério Negreiros, não foi de ontem para hoje; a nossa preocupação vem desde que o decreto saiu. Quando o decreto saiu, imediatamente eu já fiz contato com a governadora em exercício e com a Dra. Lucilene. Fomos ao Tribunal de Contas e percebemos que o problema não é só por um apontamento; é por alguns apontamentos – de alguns anos, inclusive – de duas matérias, não só de devolução de servidores, mas da extrapolação de valores.

O que eu percebo é o seguinte: nós precisamos acabar de vez com essa situação, realmente, e entender que o Iges existe, funciona com serviços muito importantes e que realmente os servidores não têm mais como viver nessa angústia de saber se vão, se ficam, quem é importante, quem não é. Ninguém aguenta mais. (Palmas.)

Estou no bloco PSB/PSOL, algumas pessoas me falam que sou oposição, conversei com meu bloco sobre isso no dia em que nós formamos o bloco. Eu não sou oposição, eu não sou base, eu sou Distrito Federal e sou uma profissional de enfermagem que entrou aqui para dar voz e vez, principalmente, aos profissionais de saúde. Eu sou isso.

Então, eu queria deixar claras aqui algumas coisas para que vocês entendam que o movimento foi feito. Graças a Deus, a governadora em exercício – o próprio Ibaneis sempre me recebeu – é muito, sim, solícita, e a Dra. Lucilene Florêncio também.

Quando estive ontem em Santa Maria, nós demos o informe de que o Tribunal de Contas teria uma decisão até hoje, porque isso foi levado para o seu pleno na pessoa do Conselheiro Renato Rainha. Ontem à noite, o Conselheiro Rainha me ligou, dizendo que recebeu inclusive algumas documentações que nós orientamos vocês a protocolarem e que ele as estava analisando. Então, hoje vai sair outra recomendação.

Ontem, na mesma hora em que eu estava no Buriti, eu me encontrei com a governadora em exercício, falei para ela da minha preocupação com o decreto, que eu achava que ele precisava ser suspenso ou ser revisto, coloquei os apontamentos. Ela, na mesma hora, chamou a Dra. Lucilene e me perguntou o que poderia ser feito. Disse-me que suspender não poderia. Foi quando nós demos a sugestão de tirar qualquer tipo de marco temporal do decreto e de que um grupo de trabalho pudesse respeitar os trabalhadores, os sindicatos, os gestores, todos os envolvidos, para que todos fossem ouvidos. (Palmas.)

Naquele momento, eu falei para ela: "Governadora, existe uma chance, depois desse grupo de trabalho, de a gente buscar uma ferramenta legislativa, jurídica, o que for?" Porque eu nem sabia que existia PDL – eu estou aprendendo –, uma lei para derrubar decreto. Mas eu fiz o meu papel, que era dialogar, ir lá e falar com quem fez o decreto em nome dos trabalhadores. Isso eu fiz.

Ela me informou que sim, que esse grupo de trabalho é para ouvir todos, para inclusive ver o impacto. É o que eu falei para ela, esses serviços... Não é só a questão do serviço, é a questão do vínculo desses profissionais com a comunidade em que eles estão. A comunidade precisa ser ouvida, a saúde do trabalhador precisa ser ouvida. Ela falou: "Dayse, vamos pensar, sim. Eu acho que é uma boa e, se a gente perceber, com tudo na mão, que a gente pode ter alguma ferramenta, a gente pode reverter de vez essa situação de devolução."

Com alguma ferramenta, entendeu, gente? Legislativa, jurídica, algo para nunca mais acontecer isso. Isso, Deputado Jorge Vianna, se faz realmente com diálogo. Inclusive, ontem em plenário, eu cheguei a comentar com o Deputado Jorge Vianna: "A Celina sinalizou que vai reeditar o decreto. Não sei o que ela pegou da sugestão que nós demos, mas, com certeza, ela vai te ouvir. Vai

lá, conversa com a governadora, conversa com a Lucilene. Dá as tuas sugestões.”

Eu não consegui fazer com que ela suspendesse, mas consegui um compromisso de que ninguém vai ser removido até ser ouvido. É o tempo que nós temos para trabalhar de maneira coerente, concisa e respaldada por leis para que isso nunca mais aconteça, se isso for o melhor para o Distrito Federal.

Agradeço por ela ter me recebido.

Conversei com o Deputado Jorge Vianna, e a gente precisa passar para você essa situação. Precisamos agradecer, porque inclusive, quando o PDL foi protocolado ontem, Deputado Jorge Vianna, ele estava em sigilo. Eu nem conseguia ter acesso ao que ele tratava. A governadora está disposta. Eu tenho certeza de que, se nos sentarmos e resolvermos algo, alguma coisa nós vamos tirar dessa reunião de segunda-feira.

Hoje vamos estar no Tribunal de Contas...

(Soa a campanha.)

DEPUTADA DAYSE AMARILIO (Bloco PSOL/PSB. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Para terminar, Sr. Presidente.

Vamos estar no Tribunal de Contas. Com certeza vamos lutar por vocês até o fim. Esse é o meu compromisso, independentemente de ser base ou oposição, eu sou Distrito Federal. Sou profissional de saúde, sou enfermeira com muito orgulho. Vou estar aqui sempre para dizer que o que é possível fazer vai ser feito, porque esse é o meu compromisso, com a coerência, com a verdade e com o diálogo. Política só se faz com diálogo, seja esquerda, seja direita. Política só se faz com diálogo e com verdade.

Obrigada, Sr. Presidente. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, Deputada Dayse Amarilio. Quero aqui render minhas homenagens a V.Exa., parabenizá-la pela postura, viu, Deputada? Tenho visto a sua defesa a favor dos servidores da saúde. Não há como não reconhecer. Conte conosco, conte com o nosso apoio. Eu vi, desde o primeiro dia em que a senhora colocou o pé nesta Casa, sua defesa incondicional em favor desses servidores. Parabéns! Pode ter certeza de que esses servidores estão em ótimas mãos. Que Deus continue iluminando V.Exa. e abençoando os seus caminhos. Muito obrigado.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

Na sequência, falará o Deputado Jorge Vianna.

DEPUTADA PAULA BELMONTE (CIDADANIA. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, quero deixar anunciado que estamos recebendo a visita da Reitora do IFB – Instituto Federal de Brasília, Luciana Miyoko, do Felipe e do Franklin. O IFB foi um grande parceiro na Câmara dos Deputados. Ele tem dez *campi* no Distrito Federal.

Aproveito para apresentá-los a todos os Parlamentares que ainda não os conhecem. Eles foram e são parceiros do Distrito Federal, da juventude do Distrito Federal. Eles têm cursos profissionalizantes, cursos superiores.

Foi de uma forma impressionante que, em quinze anos – que é o tempo que o Instituto Federal está completando este ano –, eles conseguiram construir dez *campi* de uma qualidade de que o senhor não tem noção, assim como não tem noção da capacidade desses professores e da qualidade desse ensino.

Quero apresentá-los a todos os Parlamentares. Eles estão aqui para pedir que a gente insira mais o Instituto Federal de Brasília no contexto do Distrito Federal, porque, como há no nome “federal”, muitas vezes, por exemplo, Presidente, o policiamento, o batalhão policial, não chega à frente do instituto.

São coisas pequenas a que precisamos nos ater. Por exemplo, o passe estudantil, que está sendo discutido, inclusive, na Comissão de Mobilidade. Os jovens que estão no Instituto Federal de Brasília, brasilienses, Deputado Pastor Daniel de Castro, não têm direito a ele! Há também a questão da iluminação, como lembrou o Deputado Fábio Felix. Então, precisamos inserir os *campi* como se fossem do Distrito Federal.

Quero aproveitar esta oportunidade, Presidente, e externar a minha gratidão a todo o corpo

docente do Instituto Federal de Brasília, que foi um grande parceiro e será um grande parceiro da nossa Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Muito grata.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Muito obrigado, Deputada Paula Belmonte. Parabéns pela iniciativa!

De igual modo, quero agradecer a visita da reitora e de todo o corpo docente aqui conosco. Sejam muito bem-vindos! Contem com o nosso apoio, porque contamos com o apoio dos senhores. Sabemos da importância dos senhores no contexto do Distrito Federal. Podem ter certeza de que não haveria uma porta-voz melhor que a Deputada Paula Belmonte. Podem ter certeza absoluta de que terão o apoio dos 24 Deputados desta Câmara. A causa dos senhores é a nossa. O sucesso dos senhores é o nosso. Muito obrigado. (Palmas.)

DEPUTADO JORGE VIANNA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JORGE VIANNA (PSD. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, reitero, continuando ainda no tema Iges, eu gostaria de pedir que ele não remova mais ninguém, porque estão removendo. Já estão recebendo cartas. (Palmas.) Estão recebendo cartas ou não estão?

(Manifestação na galeria.)

DEPUTADO JORGE VIANNA – Um monte de gente já saiu ou não saiu? (Pausa.)

(Manifestação na galeria.)

DEPUTADO JORGE VIANNA – Estão saindo.

Então, é o seguinte: a gente tem uma tolerância para a conversa, para o diálogo. Acredito que devemos, sim...

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Deputado, se V.Exa. me permite, eu me comprometo a ligar agora para a Presidente do Iges e solicitar a suspensão de qualquer demissão, até que se resolva o problema. (Palmas.)

DEPUTADO JORGE VIANNA (PSD. Sem revisão do orador.) – Concordo, Sr. Presidente. Era isso o que eu esperava do senhor. Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Pode ficar tranquilo. Fica aqui o meu compromisso. Já vou fazer isso agora. Vou falar com a Presidente Mariela Souza até que se resolva isso. Acho que é de bom termo isso. Muito obrigado.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

Depois falará o Deputado Thiago Manzoni.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na verdade, pedi a palavra pela ordem para dizer o seguinte: quanto aos dez *campi* do instituto federal de educação em Brasília, a sociedade que está assistindo a esta sessão por meio da TV é bom que saiba que é coisa do Governo do PT – Partido dos Trabalhadores, de Luiz Inácio Lula da Silva e de Dilma Rousseff. Eu participei diretamente disso.

Se existe um *campus* do instituto federal em Ceilândia, é porque fomos atrás do Ministro Aloizio Mercadante, que era Ministro da Educação, para colocar um lá. O maior *campus* que a gente tem, e um dos melhores, é o de São Sebastião. Só um governo que tem preocupação efetiva com a sociedade coloca um *campus* da maneira como colocamos em São Sebastião. O da Asa Norte, podem ver a estrutura que é.

O primeiro era o Colégio Agrícola de Planaltina, que estava completamente abandonado e foi transformado em instituto federal no Governo Arruda. Foi uma parceria do Lula com o Arruda que nós fizemos.

Mas fomos também ao Entorno. Vão à periferia de Luziânia e vejam o instituto federal de Luziânia.

Isso é uma coisa que me dá orgulho, porque fizemos. Ele estava sendo sucateado. Agora voltou um governo federal que vai cuidar de novo dos institutos federais para que eles não sejam

sucateados.

No que tange à nossa parte, eu, por exemplo, liberei recursos para a iluminação em torno do instituto federal em São Sebastião. Liberei também para fazer a calçada, porque os estudantes tinham dificuldades de chegar ali.

Estamos lutando para que o Governo do Distrito Federal faça a passarela na Ceilândia, na parte sul da Guariroba, ligando a estação do metrô, porque há ali o Instituto Federal de Brasília e o *campus* da Universidade de Brasília. Essa é a demonstração para que a população que está assistindo a nós tenha a noção exata da preocupação que os governos de esquerda têm com a educação. A gente não fala, a gente faz.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Parabéns, Deputado Chico Vigilante. Há o nosso reconhecimento a esse importante legado. A educação é o mais importante instrumento para o povo. Tenho certeza absoluta de que teremos grandes avanços. Muito obrigado.

Concedo a palavra ao Deputado Thiago Manzoni.

DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente. Serei breve.

Quero apenas parabenizar a Deputada Paula Belmonte pela iniciativa de convidar o pessoal do IFB para estar aqui com a gente. Agradeço também à Reitora Luciana Miyoko.

Coloco o nosso gabinete, Sr. Presidente, à disposição do IFB, que tem um trabalho muito bonito na geração de empregos, na formação de empreendedores, na colocação de jovens no mercado de trabalho.

Eu quero parabenizar a Deputada Paula Belmonte pela iniciativa do convite e a reitora também. Colocamo-nos à disposição para auxiliar neste trabalho dentro daquilo que é da nossa competência.

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, Deputado Thiago Manzoni. Foi uma importante manifestação.

Concedo a palavra ao Deputado Gabriel Magno.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (Minoria. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Quero saudar quem está assistindo a nós pela TV, os colegas que estão no plenário e nas galerias, os servidores da saúde que cumprem um importante papel para nossa cidade, os cebianos eletricitas.

Sr. Presidente, quero já dizer que esta é uma agenda muito urgente desta Casa: resolver a questão dos servidores da CEB – Companhia Energética de Brasília que foram, infelizmente, demitidos quando, com a privatização dessa empresa, a Neoenergia a assumiu.

Quero aqui, Sr. Presidente, dizer que hoje é dia 8 de fevereiro. Um mês se passou dos atos terroristas que vivenciamos no Distrito Federal contra os Três Poderes da República.

É importante destacar que neste mês já sabemos algumas coisas. De acordo com levantamento do *Metrópoles* – no Brasil inteiro, não só no Distrito Federal –, dos 1.406 que foram detidos no dia 8 de janeiro, temos hoje presos 942. Já foram denunciadas pela PGR – Procuradoria-Geral da República 653 pessoas, das quais 92 tiveram o seu patrimônio bloqueado. Os prejuízos estimados para os cofres públicos, Sr. Presidente, já são da ordem de 20 milhões de reais com a destruição do patrimônio público brasileiro pelos atos criminosos de vandalismo.

Por isso, é importante saudar esta Casa, que demonstrou maturidade ontem. Parabenizo o meu companheiro de partido Deputado Chico Vigilante. Tenho certeza, Sr. Presidente, de que esta Casa e a CPI vão dar o recado necessário que a sociedade espera de nós, que é investigar quem são e quem foram os responsáveis, quais os motivos e quem financiou esses atos criminosos do dia 8 de janeiro.

Quero dizer aqui, Sr. Presidente, que hoje é aniversário da Ministra do Meio Ambiente, Sra. Marina Silva, a quem parabenizo. Quero parabenizar também o Presidente Lula pela escolha acertada ao indicá-la para o comando desse ministério. No Brasil, sob o comando agora da Ministra Marina Silva, acabou a história de passar a boiada.

O Ministério do Meio Ambiente, junto com uma força-tarefa do Governo Federal, está de parabéns pela ajuda imediata contra o genocídio do povo ianomâmi e também pelas buscas para

acabar de uma vez por todas com o garimpo ilegal nas terras indígenas brasileiras. Começamos a construir para este País um novo tempo de proteção do nosso meio ambiente.

Sr. Presidente, eu quero encerrar o meu pronunciamento hoje destacando que ontem o Supremo Tribunal Federal publicou uma importante e histórica decisão: uma lei aprovada nesta Casa, de autoria da Deputada Distrital Arlete Sampaio, que garantia nos concursos públicos do Distrito Federal 20% de cotas para negros e para negras. Essa lei aprovada nesta Casa infelizmente sofreu uma ação do Tribunal de Justiça do Distrito Federal declarando que a lei era inconstitucional. Mas ontem, meu querido amigo Deputado Pepa, o Supremo Tribunal Federal publicou um acórdão dizendo que a lei é constitucional e passa a valer no Distrito Federal.

Nós vamos cobrar e acompanhar para que todos os concursos públicos publicados aqui no Distrito Federal possam cumprir a cota de 20% para negros e negras, que é uma importante e fundamental reparação histórica.

Por fim, quero também saudar a Reitora do IFB, Dra. Luciana, e dizer que pode contar com esta Casa e com a Comissão de Educação, Saúde e Cultura. Os institutos federais cumprem um importante papel para dizer, Presidente, os rumos que nós devemos tomar, inclusive para debater o ensino médio brasileiro.

Eu tenho muita confiança de que o novo MEC – Ministério da Educação vai avançar numa agenda para a gente revogar esse novo ensino médio que atende os interesses apenas do setor privado e para a gente cuidar novamente das crianças, dos adolescentes e dos jovens, filhos e filhas da classe trabalhadora. Nós temos uma experiência que deu certo no Brasil e que está aqui representada pelos institutos federais e pelo IFB, que cumpre um trabalho muito importante de desenvolvimento para a nossa cidade.

Parabéns, Luciana, pelo seu trabalho. Conte com esta Casa.

Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, Deputado Gabriel Magno. Parabéns pelo discurso.

Encerrados os Comunicados de Líderes.

Passa-se aos

Comunicados de Parlamentares.

Concedo a palavra ao Deputado Pepa.

DEPUTADO PEPA (PP. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Boa tarde a todos.

Sr. Presidente, parabéns pela condução dos trabalhos. Fera demais saber que nós aqui estamos sendo conduzidos por um Presidente que tem um olhar para todos. Muito obrigado.

Hoje, Presidente, Deputados e Deputadas, eu estive na Administração Regional de Planaltina, no Conselho Rural daquela região, daquela cidade. Uma questão surgiu quando as cooperativas mistas apresentaram uma preocupação enorme com as cooperativas que dão suporte a produtores rurais.

Eu faço parte de uma cidade, de uma região onde há a maior área rural do Distrito Federal, onde famílias são assistidas por essas cooperativas; e me preocupou bastante o depoimento de cada uma das associações.

Eu faço um apelo a cada Deputado desta Casa para que, nas suas bases e nas suas regiões, tenham um olhar voltado para essas cooperativas, porque muitas delas estão na UTI – Unidade de Terapia Intensiva, precisando do nosso apoio junto à Secretaria de Estado de Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural e à EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural, para darmos solução e até aporte de recursos para que essas cooperativas possam dar o suporte a essas famílias rurais.

Foi uma reunião da qual saí preocupado. Vou dar total atenção à comunidade de Planaltina, a toda sua área rural e a outras regiões que assim me procurarem.

Por isso eu digo a V.Exa. que a situação é preocupante. Eu peço a esta Casa que dê atenção às cooperativas, às cooperativas mistas e às associações rurais.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, Deputado Pepa. Parabéns pelo

importante discurso. Precisamos ter um olhar diferenciado mesmo – viu, Deputado? Pode contar conosco. Se precisar fazer reuniões com essa comunidade, eu quero estar presente, porque sei da importância dela, principalmente naquela área.

Seja, Deputado Pepa, o nosso líder, porque V.Exa. muito conhece dessa matéria. Que V.Exa. nos oriente porque vamos estar juntos. Esse é um papel desta Casa e será bem conduzido por V.Exa. Muito obrigado, Deputado.

Concedo a palavra ao Vice-Presidente desta Casa, Deputado Ricardo Vale.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ontem, a Governadora em exercício do Distrito Federal, Celina Leão, apresentou o Decreto nº 44.206, de 7 de fevereiro de 2023, que criou uma força-tarefa para discutir políticas públicas de combate ao machismo, de combate ao feminicídio no âmbito do Distrito Federal.

Quero parabenizar a governadora em exercício pela criação desse decreto.

Dessa força-tarefa, várias secretarias estão participando: a Secretaria de Estado da Mulher, a Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania, a Secretaria de Estado de Saúde, a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e, a que eu considero mais importante, a Secretaria de Estado de Educação. S.Exa. também convida a Câmara Legislativa e outros órgãos. Nós temos nesta Casa a Procuradoria da Mulher, e eu acho que ela tem de participar.

Por que acho que a Secretaria de Educação é a parte principal nesse processo de combate à violência contra a mulher, de combate ao machismo? Porque precisamos mudar a cultura machista que há em nosso País e aqui no Distrito Federal. Só se muda a cultura por meio da educação.

Eu me lembro de que, em 2017, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nós aprovamos nesta Casa uma lei de minha autoria, a Lei nº 5.806, de 26 de janeiro de 2017, que obriga o debate sobre a valorização das mulheres e o combate ao machismo na rede pública de educação. Infelizmente, passados sete anos, essa lei não entrou em vigor. Se tivéssemos começado, lá em 2017, a fazer o debate da valorização da mulher e do combate ao machismo, provavelmente já teríamos jovens e adultos no Distrito Federal com outra visão sobre a mulher.

Nós precisamos acabar com a cultura machista desde as escolas. Daí a importância de esse debate acontecer para que, num breve espaço de anos, tenhamos uma geração menos machista do que a de hoje. É fundamental a participação dos homens nisso.

Temos, Deputado Fábio Felix, vinte homens e quatro mulheres nesta Casa, se não me engano. Acho que é isso. Todos nós homens temos parentes, irmãs, mulheres, filhas. Provavelmente aqui todo mundo tem uma mulher na sua vida. Nós não vamos mudar a questão do feminicídio, nós não vamos acabar com a violência contra a mulher, se os homens não participarem disso, se os homens não levarem a sério essa questão.

Quem agride a mulher, quem violenta a mulher, quem está matando as mulheres são os homens. É fundamental que nós assumamos o nosso papel de ajudar a diminuir toda essa violência na sociedade.

Eu quero, Presidente, colocar-me à disposição desta Casa, até por conta dessa lei e desse debate que fiz em várias escolas públicas aqui do Distrito Federal. Quero me colocar à disposição do Governo do Distrito Federal para fazer parte dessa força-tarefa. E quero chamar os homens – os Deputados, os assessores, os homens da nossa sociedade do Distrito Federal – para entrarmos de cabeça nesse assunto.

Nós precisamos ajudar a acabar com o feminicídio, com a violência contra a mulher aqui no Distrito Federal. Se não entrarmos nisso, nós não vamos mudar essa realidade. Nós vamos ficar vendo, de sete em sete dias, morrer uma vítima de feminicídio. Todo dia mulheres são agredidas, são violentadas. Eu fiz questão de falar sobre isso aqui.

Quero mais uma vez elogiar a governadora em exercício por criar essa força-tarefa, mas será fundamental a participação dos homens nesse debate. Os homens têm que entrar nesse debate.

(Soa a campainha.)

DEPUTADO RICARDO VALE (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Só para concluir, Presidente.

Os homens têm que entrar nesse debate sobre combate à violência e pelo fim do feminicídio

contra as mulheres aqui no Distrito Federal.

Era isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, Deputado Ricardo Vale. Conte com o nosso apoio. Seu encaminhamento é o nosso. Muito obrigado.

DEPUTADO THIAGO MANZONI – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL. Sem revisão do orador.) – Presidente, em complementação ao que o Deputado Ricardo Vale acabou de expor aqui da tribuna, eu acho que esse é um assunto que nos une a todos. Essas mortes reiteradas de mulheres, vitimadas pelos seus cônjuges, companheiros, etc. nos atinge a todos como sociedade.

Nós tivemos aqui, esta semana ainda, o depoimento de um Deputado que conhecia a família e que visitou a família enlutada. Esse é um assunto que nos une a todos. Todos nós somos contra a violência. Deputado Pastor Daniel de Castro, esse assunto deve ser tratado com muita seriedade.

As nossas escolas vão ajudar, Deputado Ricardo Vale, mas eu acho que isso começa no seio de nossas famílias. Nós precisamos voltar nossos olhos para as famílias. Os pais precisam educar seus filhos de modo a preservar as mulheres. Os nossos casamentos têm que ser mais bem cuidados, para que os filhos vejam nos pais a referência de tratamento com amor, com educação, com carinho. Isso para que, lá na frente, eles não reproduzam atitudes inconvenientes que vão se elevando de patamar, Deputado, e acabam nesse tipo de acontecimento que todos nós lamentamos muito.

Eu só queria deixar consignado que a gente vai divergir muito aqui; a gente diverge, mas esse é um assunto que nos une a todos. Nós devemos proteger nossas mulheres. Temos o dever moral, inclusive, de agir, para que essas mortes parem de acontecer.

Eu me coloco à disposição para fazer esse enfrentamento. Nós somos todos contra a violência e precisamos defender nossas mulheres.

Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, Deputado Thiago Manzoni. V.Exa. tem toda a razão.

Deputado, até pela minha formação, eu acho que a impunidade contribui bastante para tudo isso; mas, sem dúvida nenhuma, a prevenção, da forma como V.Exa. e o Deputado Ricardo Vale colocaram, é fundamental. Talvez a base evite que a gente tenha, inclusive, que se preocupar com a punição. Então, é muito melhor prevenir do que punir.

V.Exa. tem toda a razão, apesar de eu continuar achando que bandido bom é bandido preso, lembrando aqui nosso amigo, hoje conselheiro, ex-Deputado Márcio Michel. (Risos.)

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP. Sem revisão do orador.) – Só para corroborar essa linha de entendimento do Deputado Ricardo Vale e do Deputado Thiago Manzoni.

Deputado Ricardo Vale e Deputado Thiago Manzoni, eu já conversei com a Governadora em exercício Celina e com a chefe de gabinete dela, a Sra. Juliana. Conversei com a Sra. Giselle, Secretária da Mulher, e criei um grupo de trabalho dentro do nosso gabinete.

Eu acho que essa pauta aqui é muito importante, por isso conclamo as mulheres desta Casa – Deputada Doutora Jane, Deputada Jaqueline Silva, Deputada Dayse Amarílio e Deputada Paula Belmonte – para trabalharmos todo um compêndio de leis.

Meu gabinete vai apresentar um projeto de lei nesta Casa, criando o código de defesa da mulher. Nós estamos trabalhando pesado nisso, estamos fazendo um grande trabalho. Nós temos a Subsecretária do Idoso do Distrito Federal, Professora Kátia, vinda da educação. Estamos fazendo um trabalho em vários locais. Estamos conversando com mulheres para, nos próximos dias, meses, apresentarmos esse projeto de lei que cria o código de defesa da mulher.

Isso se iniciou na cidade de Goiânia. Esse código tem sido um sucesso, porque prevê todas as leis já existentes e outras que vêm para preservar a mulher. Há, inclusive, o Protocolo de Barcelona,

que obriga funcionário de qualquer tipo de estabelecimento – bar, boate, restaurante – que perceber um abuso sexual, ou qualquer coisa desse nível, contra uma mulher, a entrar em contato com os órgãos de segurança imediatamente, para que se preserve a cena do crime, para que essa mulher tenha um respaldo.

Está na hora de toda esta Casa ter um olhar diferenciado para a mulher. Assim, eu saúdo o discurso do Deputado Ricardo Vale e de V.Exa. também.

Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, Deputado Pastor Daniel de Castro.

Para fazer uso da palavra, pela ordem do grito, Deputado Fábio Felix. Eu vou ser sincero, Deputado, ele vai no grito. Ele bota uma pressão aqui, que vocês precisam ver.

Concedo a palavra ao Deputado Fábio Felix, porque ele bota pressão aqui. Quando ele fica de pé e começa a levantar os bracinhos, fica ruim para todos nós.

O próximo orador será o Deputado Joaquim Roriz Neto.

DEPUTADO FÁBIO FELIX (PSOL. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Presidente. Saudação e boa tarde aos Deputados, Deputadas presentes, imprensa, servidores e servidoras da CLDF – Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Faço também uma saudação especial à nossa Reitora do IFB, Luciana, que está presente aqui no plenário, representando esse instituto federal. É importante a presença de vocês dessa instituição fundamental, que tem parceria com a Câmara Legislativa do DF, porque o instituto está localizado no DF – Distrito Federal e precisa de investimento do Distrito Federal para seu fortalecimento.

O instituto está com dez *campi* espalhados pela cidade. É necessária a valorização dele. Iluminação fora do *campus*, nos arredores do *campus*, tudo isso precisa ser fortalecido pelo Poder Legislativo e pelo Poder Executivo local. Queremos colaborar nesse processo também.

Eu queria, Presidente, começar o meu pronunciamento de hoje falando de um tema que já foi abordado por outros Parlamentares aqui, que é a questão do Igesdf.

Primeiro, eu gostaria de deixar registrado que votei contra a existência do IGESDF, porque não acredito nessa concepção.

O Governador Ibaneis Rocha, quando foi eleito em 2018, falou no seu programa eleitoral que era contrário ao Instituto Hospital de Base. Mesmo com a sua palavra, ele criou o IGESDF, que, do meu ponto de vista, é uma fraude, é uma fraude conceitual. Não, porque não haja servidores e servidoras que trabalhem, se dediquem, que sejam sérios, porque há muita gente séria; mas a promessa de entrega do IGESDF era melhorar o atendimento à população do DF, e ele não entregou isso. O atendimento piorou no Instituto e no Hospital de Base. Fiz inúmeras visitas ao Instituto de Gestão Estratégica e faltava medicação, as cirurgias eletivas não eram cumpridas.

Então, há uma fraude técnica na concepção, porque se dividiu o comando do Sistema Único de Saúde e não melhorou o serviço de saúde. A verdade é que o IGESDF precisa ser revogado, não deve existir. O comando do Hospital de Base e do Hospital de Santa Maria precisa voltar para a Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal.

O IGESDF é uma estratégia para flexibilizar compras, contratação e também para proporcionar e facilitar a terceirização e quarteirização da saúde pública da cidade. Eu sou contra isso.

O primeiro decreto do Governo do DF é uma aberração, Presidente, porque vai tirar profissionais de saúde capacitados, que cuidam de ambulatórios especializados no Hospital de Base há vinte, trinta anos e devolvê-los para a Secretaria de Estado de Saúde. Como você vai achar cardiologistas, oncologistas, outros profissionais especializados e com a experiência que existe no Hospital de Base? Não existe.

Isso é um escracho com a população, e esse decreto vai piorar a saúde pública. Eu não tenho dúvida de que isso vai piorar a saúde pública. Espero que o governo tenha juízo e revogue essa medida, respeite os servidores e as servidoras que estão há muitos anos trabalhando nos ambulatórios do Hospital de Base.

Eu queria deixar esse ponto registrado, o nosso ponto de vista, porque nós não acreditamos no Instituto de Gestão Estratégica.

O segundo ponto, Sr. Presidente, que eu queria tratar ainda nesta sessão é sobre a questão

dos servidores e das servidoras da nossa cidade. Começaram agora as campanhas salariais. Hoje mesmo, recebemos no nosso gabinete o sindicato dos professores.

A verdade, Sr. Presidente – V.Exa. foi Deputado e foi de oposição –, é que os servidores estão há oito anos sem aumento no DF. O Governador Ibaneis pagou, ano passado, a terceira parcela que estava em estado de calote. Mas a verdade é que os servidores públicos do Distrito Federal estão há oito anos sem aumento.

Você pega o contracheque de um servidor de nível médio da administração pública, você pega o contracheque de um professor, é uma vergonha a defasagem. Um professor ganhando 5 mil reais líquido na Capital do País – e o governo achando que isso é normal –, dando 40 horas de aula semanal, se dedicando de todas as formas. O afastamento de professores e professoras é enorme na rede pública.

O salário do sistema socioeducativo, da assistência social está absolutamente defasado. Não há, Deputados – não importa se são de direita ou de esquerda –, um projeto de estruturação do serviço público nesta cidade. Não há um projeto para o serviço público, e os servidores estão abandonados.

A terceira parcela, Sr. Presidente, foi uma migalha, vindo seis anos depois de calotes, porque ela já não representava nem a recomposição da inflação.

É preciso que, neste ano, haja uma discussão séria com as categorias do serviço público desta cidade, uma reestruturação com a valorização e o fortalecimento dos servidores públicos. Eu sei disso porque sou servidor público de carreira do GDF – Governo do Distrito Federal, sou da Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania.

Estamos aqui como servidores públicos, Deputados e Deputadas. A nossa pressão e o nosso compromisso não é junto ao governador a ou b. A Câmara Legislativa nasceu para ser independente de governo. Nós precisamos apresentar uma pressão conjunta ao governo para reestruturar os serviços públicos da nossa cidade.

Este é o meu compromisso: a luta em defesa dos servidores públicos. Eu espero que esses servidores comecem agora uma onda de mobilização nesta cidade, de ocupação do Buriti, para que o governo possa se atentar a uma reestruturação necessária dessas carreiras que é uma reestruturação urgente, emergencial.

Os servidores e as servidoras desta cidade pedem socorro, e o socorro não é só das condições de trabalho. O socorro que os servidores pedem é no contracheque também. Isso é algo urgente, o nosso mandato está atento a isso e vai lutar muito este ano.

Obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, Deputado. Vamos brigar pelos nossos servidores. Eu tenho certeza de que vamos contar com a sensibilidade do nosso governo.

V.Exa. traz um tema extremamente importante e caro para a sociedade que é a questão dos servidores públicos. Nós somos servidores e sabemos da importância que é não só reconhecer, mas valorizar os nossos servidores. Nós vamos fazer essa interlocução, Deputado Fábio Felix, para que, de fato, se façam valer os direitos dos servidores. Realmente salários estão defasados. Está na hora de ter um olhar diferenciado.

Parabéns pelas suas colocações. Eu não tenho dúvida de que o Governo Ibaneis terá um olhar diferenciado. Muito obrigado.

DEPUTADO THIAGO MANZONI – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, haverá oportunidade de eu falar em outro dia. Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Deixe-me fazer uma colocação. Amanhã haverá uma comissão geral, de autoria do Deputado Jorge Vianna. A gente está percebendo que o *quorum* está caindo. A gente precisa votar as moções, os requerimentos. Se isso não acontecer, infelizmente corremos o risco de prejudicar o colega Deputado. Logo depois, os Deputados podem fazer o uso da palavra no Grande Expediente.

Eu gostaria de perguntar aos Deputados se podemos passar para a votação dos requerimentos e das moções. Depois, voltaremos ao Grande Expediente. (Pausa.)

Obrigado.

Dá-se início à

ORDEM DO DIA

(As ementas das proposições foram reproduzidas de acordo com a Ordem do Dia disponibilizada pela Secretaria Legislativa/CLDF.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Pergunto aos Líderes se há acordo para superarmos o sobrestamento decorrente dos 196 vetos da Ordem do Dia e apreciarmos as demais matérias constantes na Ordem do Dia e os itens da extrapauta. (Pausa.)

Não havendo manifestação em contrário, passemos ao primeiro item da pauta.

(Assume a Presidência o Deputado Ricardo Vale.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Apreciação, em bloco, dos seguintes itens:

Item nº 198:

Discussão e votação, em bloco, em turno único, dos Requerimentos:

– Requerimento nº 98/2023, de autoria da Comissão de Assuntos Sociais, que "Requer a transformação da Sessão Ordinária da Câmara Legislativa do Distrito Federal do dia 9 de março de 2023 em Comissão Geral, a ser promovida pela Comissão de Assuntos Sociais, para debater o Projeto de Lei nº 3.069 de 2022, que 'dispõe sobre a prestação dos serviços públicos de iluminação pública no Distrito Federal, e dá outras providências'";

– Requerimento nº 105/2023, de autoria da Frente Parlamentar da Recomposição Salarial e Reestruturação de Carreiras do GDF, que "Requer a transformação da Sessão Ordinária do dia 09 de fevereiro de 2023 em Comissão Geral para debater as principais demandas das carreiras do Distrito Federal e as medidas necessárias para manter a prestação de serviço público de qualidade ao cidadão";

– Requerimento nº 109/2023, de autoria do Deputado Chico Vigilante (PT), que "Requer a Transformação da Sessão Ordinária do dia 02 de março de 2023 em Comissão Geral para debater sobre a poluição do Rio Melchior";

– Requerimento nº 112/2023, de autoria de vários Deputados, que "Requer a realização de Audiência Pública externa, no dia 15 de março de 2023, às 19h, para debate sobre o Programa de Microcrédito Prospera, na Administração Regional de São Sebastião - RA XIV";

– Requerimento nº 113/2023, de autoria do Deputado Max Maciel (PSOL), que "Requer a realização de Audiência Pública para debater a violência contra as mulheres em situação de rua";

– Requerimento nº 114/2023, de autoria do Deputado João Cardoso (AVANTE), que "Requer a realização de Audiência Pública, no dia 23 de fevereiro de 2023, às 10h, no Plenário desta Casa de Leis, para debater sobre as condições de trabalho dos servidores da Câmara Legislativa e dar as boas-vindas aos novos servidores";

– Requerimento nº 126/2023, de autoria do Deputado Iolando (MDB), que "Requer realização de Audiência Pública Remota, no dia 17 de fevereiro de 2023 (sexta-feira), às 19hs, para discutir sobre a ampliação do espaço físico da Escola Classe 06 de Brazlândia";

– Requerimento nº 132/2023, de autoria do Deputado Rogério Morro da Cruz (PMN), que "Requer a realização de Audiência Pública externa, no dia 11 de abril de 2023, às 19h, para debate sobre o Programa de Microcrédito Prospera, na Administração Regional do Jardim Botânico - RA XXVII".

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 141/2023, de autoria do Deputado João Cardoso, que "requer a realização de Audiência Pública, no dia 23 de fevereiro de 2023, às 10h, no Auditório desta Casa de Leis, para debater sobre as condições de trabalho dos servidores da Câmara Legislativa".

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 128/2023, de autoria de vários Deputados, que "requer a dispensa da publicação da Redação Final dos Projetos aprovados nas Sessões Ordinárias e Extraordinárias dos meses de fevereiro até dezembro de 2023, para votação

imediate da redação final”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Peço à Assessoria da Mesa que abra o painel de votações.

Em votação.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando os requerimentos; os que votarem “não” estarão rejeitando-os.

Solicito às Sras. e aos Srs. Deputados que registrem o voto nos terminais.

Votação aberta.

(Procede-se à votação pelo processo eletrônico.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Ainda falta o Deputado Pepa. Desculpe, Deputado. Como S.Exa. é flamenguista, eu vou esperar.

Votação encerrada.

A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 13 votos favoráveis.

Estão aprovados os requerimentos.

Item nº 199:

Discussão e votação, em bloco, em turno único, das moções:

– Moção nº 1/2023, de autoria do Deputado Wellington Luiz (MDB), que “Manifesta louvor aos policiais da 6ª Delegacia de Polícia – Paranoá/DF, da Polícia Civil do Distrito Federal”;

– Moção nº 2/2023, de autoria da Deputada Dayse Amarilio (PSB), que “Manifesta Moção de Louvor ao Enfermeiro Adriano Limirio da Silva pelos relevantes serviços prestados à saúde pública do Distrito Federal”;

– Moção nº 3/2023, de autoria da Deputada Paula Belmonte (CIDADANIA), que “Parabeniza e manifesta votos de louvor e aplausos a todas as Forças de Segurança Distritais, Federais, Legislativas e Judiciárias, abaixo descritas, pelo comprometimento e profissionalismo, demonstrados em “Ato de Bravura”, fato ocorrido em 08/01/2023, na Esplanada do Ministérios, quando coibiram a invasão e a depredação do Congresso Nacional, do Palácio do Planalto e do Supremo Tribunal Federal (STF)”;

– Moção nº 4/2023, de autoria do Deputado Pastor Daniel de Castro (PP), que “Manifesta votos de Louvor e homenageia aos atletas do Distrito Federal, que especifica, pelos excelentes serviços prestados à população do Distrito Federal”;

– Moção nº 5/2023, de autoria do Deputado Hermeto (MDB), que “Reconhece e apresenta Votos de Louvor aos Policiais Militares: 3º SGT QPPMC André Luiz Ferreira, MAT. 732.179/1 e o Sd Pmgo Diego Pereira Rodrigues, RG: 36.984, pelo comprometimento, profissionalismo e dedicação demonstrados em “ato de bravura”, ao evitarem homicídio em uma festa, fato ocorrido dia 02/11/2022, na Rua 12 de Vicente Pires. Conforme demonstrado no registro de atividade policial Nº 212469-2022”;

– Moção nº 6/2023, de autoria do Deputado Hermeto (MDB), que “Reconhece e apresenta Votos de Louvor aos Policiais Militares lotados no 21º BPM: 3º Sgt QPPMC Lucas Fernando de melo Souza, matrícula. 731.584/8, Cb QPPMC Vinicius costa Saraiva, matrícula. 732.077/9 e o SD QPPMC Rodrigo Antonio Xavier de Andrade, matrícula: 738.116/6, pelo comprometimento, profissionalismo e dedicação demonstrados em “ato de bravura”, que culminou na prisão de dois criminosos, fato ocorrido dia 06/11/2023, via pública próximo ao condomínio ouro vermelho II residencial ITAIPU, na Cidade de São Sebastião-DF. Conforme demonstrado no registro de atividade policial Nº 003077-2023”;

– Moção nº 7/2023, de autoria do Deputado Wellington Luiz (MDB), que “Manifesta louvor aos policiais da 6ª Delegacia de Polícia - Paranoá/DF, da Polícia Civil do Distrito Federal”;

– Moção nº 8/2023, de autoria do Deputado Wellington Luiz (MDB), que “Manifesta louvor aos policiais da 6ª Delegacia de Polícia - Paranoá/DF, da Polícia Civil do Distrito Federal”;

– Moção nº 9/2023, de autoria do Deputado Wellington Luiz (MDB), que “Reconhece e apresenta votos de louvor ao SD QPPMC ALYSSON PEREIRA OLIVEIRA DE ARAÚJO, Mat. 735.400-2, pelo ato de bravura praticado na defesa do patrimônio público e das pessoas que foram cercadas por vândalos que se aproveitaram de manifestação política para praticarem todo tipo de ato de vandalismo

e atentados contra a integridade física das pessoas no dia 08 de janeiro de 2023 na Esplanada dos Ministérios.”;

– Moção nº 10/2023, de autoria do Deputado Wellington Luiz (MDB), que “Manifesta louvor aos policiais da 6ª Delegacia de Polícia - Paranoá/DF, da Polícia Civil do Distrito Federal”.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 11/2023, de autoria do Deputado Jorge Vianna, que “parabeniza e manifesta votos de louvor às pessoas e entidades que especifica, pelos relevantes serviços prestados à população do Distrito Federal, em defesa da vida, em ocasião ao Dia Mundial de Combate ao Câncer”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam as moções permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

As moções estão aprovadas com a presença de 16 Deputados.

(Pausa.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Consulto o Líder Deputado Robério Negreiros se há algum acordo com os demais Líderes para votarmos algo mais.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Ficou para terça-feira da semana que vem.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Declaro encerrada a Ordem do Dia.

Passa-se ao

GRANDE EXPEDIENTE.

Concedo a palavra ao Deputado Hermeto.

(Intervenção fora do microfone.)

DEPUTADO HERMETO (MDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, quero começar a minha fala agradecendo ao Deputado Chico Vigilante a confiança de me designar relator da CPI.

Hoje, um repórter me indagou se eu me sentia confortável em ser relator, sendo policial militar. Eu disse que sim. Eu conheço a Polícia Militar. Eu fiquei trinta anos na Polícia Militar e me aposentei quando fui eleito, em 2018, para esse cargo aqui.

Eu participei do *impeachment* do Collor. A gente chegava às 5h, 6h da manhã na Esplanada e não tinha horário para sair. Vi toda a dedicação da tropa. Eu participei do *impeachment* da Dilma, bem como de muitos embates de esquerda, de direita na Esplanada, juntamente com meus colegas.

Eu tenho propriedade para me sentar na cadeira de relator e analisar os fatos com toda imparcialidade. Sou conhecedor daquilo que vou, também, avaliar; porque nós não vamos só avaliar a conduta da Polícia Militar, nós vamos avaliar tudo.

Por que o secretário que estava na segurança pública mandou áudios tranquilizando o governador dizendo que estava tudo tranquilo, como dizem, “céu de brigadeiro”? Qual o intuito disso? Vamos avaliar e analisar todas as informações que chegaram nas vésperas do atentado contra o Poder Público.

Eu me sinto confortável porque tenho a condição justa de fazer um relatório totalmente imparcial, mas olhando de todos os lados. A Polícia Militar não tem partido político. A Polícia Militar não serve a governo, serve ao Estado. O policial de folga, ou fora da farda, pode até ter a preferência política dele; mas, no momento em que veste a farda, ele deixa essa preferência, ele sabe que ali ele é o Estado.

Então, meus amigos, vamos individualizar as condutas. Não foi a Polícia Militar, não vamos generalizar. Se alguém negligenciou, facilitou, contribuiu direta ou indiretamente para aqueles bandidos adentrarem nos órgãos públicos, no meu relatório estará, independentemente de ser policial militar, policial civil, policial legislativo. Sem distinção! Mas não joguem o nome da Polícia Militar de forma generalizada.

Eu tenho muita tranquilidade para ser esse relator, com transparência, sem o calor dos momentos. Já passou um mês.

Vamos ver quem financiou aquele acampamento. Quem financiou banheiros químicos, churrascos, cerveja, quem fez isso? Por que as barreiras de contenção não estavam ali, próximas à Catedral, onde seguraram os manifestantes? Por quê? Quero saber se o Secretário de Segurança Pública que estava respondendo conhecia Brasília, conhecia as forças de segurança. Tudo isso iremos avaliar sem fazer juízo de valor.

Coronel do Exército. São públicas as imagens do Batalhão da Guarda Presidencial dificultando o trabalho da Polícia Militar, que estava dentro do Palácio do Planalto. São públicas as imagens, gente, do coronel dificultando o trabalho e dando chave de estrela na Polícia Militar. O Deputado Chico Vigilante, como Presidente, está certo: vamos convocar quem a lei nos resguarda convocar.

Houve muitas coisas estranhas naquele dia 8. Por que o efetivo não foi o mesmo do dia 1º, dia da posse do Presidente Lula?

Deputado Ricardo Vale, a nossa Polícia Militar sofre, ela sangra. Nós tínhamos um efetivo de 16 mil homens há 10 anos. Hoje não temos 10 mil homens. Estamos formando policiais, mas isso é enxugar gelo. Mil policiais, setecentos... Vão embora mil para a aposentaria e para a reserva, que é direito de cada um. "Ah, mas o policial vai novo para a reserva, com 50 anos de idade." Eu respondo para quem fala isso: "Puxa um 'po' da rodoviária, na Esplanada, com 50 anos de idade. Vai atrás de bandido na madrugada com cinquenta e poucos anos de idade." Nós precisamos da juventude, nós precisamos de corpo físico para exercer o nosso trabalho. Nós não somos bancários. Não ficamos sentados.

Então, tenho muito orgulho dessa CPI e vou trabalhar muito nela.

Respondendo a alguns questionamentos de jornalistas sobre se eu me sinto à vontade: eu me sinto.

Disseram, inclusive, que indiquei a, b ou c na Polícia Militar. Não indiquei ninguém. Como fiquei trinta anos na Polícia Militar, é claro que sou um ser político. Alguém me pergunta sobre a, b ou c. Isso é normal. Sugerir não é indicar. Sugestão é diferente de indicação. Quem indica é o Governador do Distrito Federal. Quem indica é o comandante-geral, os comandantes de batalhões. Mas é normal alguém me perguntar: "Deputado Hermeto, o que você acha de fulano?" Eu, como ser político e policial que fui, tenho a tranquilidade de dizer algo e de dar a minha opinião.

É isso, gente. Vou para esta CPI com tranquilidade, com razão. E vou dar os nomes de cada um, individualizando a conduta de cada um, sem medo, sem receio. Digo mais: fiquei muito feliz com a indicação e com a votação do Deputado Chico Vigilante, porque isso vai mostrar, nesta CPI, o equilíbrio e a isenção desse processo.

Deputado Chico Vigilante, tenho respaldo, como todos nós aqui temos, mas seria muito difícil para mim, como Relator, estar com outro Deputado governista, como eles dizem, na bancada da CPI.

Essa é a minha fala.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Concedo a palavra ao Deputado Fábio Felix.

(Assume a Presidência o Deputado Pastor Daniel de Castro.)

DEPUTADO FÁBIO FELIX (PSOL. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, só para fazer um convite para os Deputados e Deputadas que estão aqui presentes. Na quinta-feira da próxima semana, dia 16 de fevereiro, iremos fazer uma comissão geral aqui no plenário da Câmara Legislativa, para discutir os prejuízos ao patrimônio histórico do Distrito Federal causados pelo ato do dia 8 de janeiro.

São muitos, inúmeros os prejuízos: tecnológicos, patrimoniais, do patrimônio histórico, depredação de prédios públicos. Nós vamos nos dedicar a discutir os prejuízos.

Virão o Presidente do IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, ex-Deputado Leandro Grass; o diretor da área de patrimônio material do Iphan; a Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa do Distrito Federal.

Nós estamos convidando do Instituto de Arquitetos do Brasil, os representantes de Brasília. Virão os responsáveis pela área de tecnologia do Supremo Tribunal Federal – que é um dos lugares que mais tiveram prejuízo –, do Palácio do Planalto e do Congresso Nacional.

Vai ser um debate riquíssimo, importante para a cidade, porque esse patrimônio é do Brasil, mas também é patrimônio do DF. O DF, inclusive, tem uma secretaria de cuidado com o patrimônio. Como nós cuidamos do nosso patrimônio? Quais são as consequências do que ocorreu? Qual debate nós temos que fazer daqui para frente para cuidar do nosso patrimônio?

Quero deixar o convite para os demais Deputados e Deputadas, para os servidores desta Casa e para quem se interessa pela discussão acerca do patrimônio público para que compareçam aqui, na próxima quinta-feira, dia 16 de fevereiro de 2023, às 15h, para essa comissão geral.

Obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO) – Obrigado, Deputado Fábio Felix. Fica registrado o convite de V.Exa. para todos os Deputados e Deputadas desta Casa.

Consulto se existe mais algum Deputado que queira fazer uso da palavra. (Pausa.)

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 17h06min.)



Documento assinado eletronicamente por **ANDRE MIRANDA SA SILVA BARROS - Matr. 16811, Consultor(a) Técnico - Legislativo**, em 09/02/2023, às 18:35, conforme Art. 22, do Ato do Vice-Presidente nº 08, de 2019, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 214, de 14 de outubro de 2019.



Documento assinado eletronicamente por **MIRIAM DE JESUS LOPES Matr - 13516, Chefe do Setor de Taquigrafia**, em 09/02/2023, às 18:37, conforme Art. 22, do Ato do Vice-Presidente nº 08, de 2019, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 214, de 14 de outubro de 2019.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:

http://sei.cl.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Código Verificador: **1043002** Código CRC: **92D28162.**